

A EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL E (RE) CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE DA PESSOA IDOSA QUE FREQUENTA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DE IPIRANGA - PR

Cleonice de Fátima Martins ¹ Rita de Cássia da Silva Oliveira ²

RESUMO

O presente texto é um recorte da tese em andamento, este recorte versa sobre as atividades desenvolvidas na unidade de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Ipiranga-PR e suas contribuições na (re)construção de identidades das pessoas idosas que frequentam este espaço. Desta forma, a pesquisa teve como objeto de estudo as atividades desenvolvidas para o público de 60+ que frequenta o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da cidade de Ipiranga-PR. Objetivando mostrar como estas atividades podem contribuir para a construção ou reconstrução de identidades do participante. Com o intuito de atender ao objetivo proposto e a temática elencada, a pesquisa é alicerçada na perspectiva teórico-metodológica sobretudo na teoria crítica fundamentada em Paulo Freire que defende a emancipação e centralidade do sujeito histórico e sua ação crítica transformadora da realidade. O referencial teórico se vale de estudiosos como: Beauvoir (1990, 2018); Freire (1989, 2019); Gadotti (2005, 2008); Oliveira (1999, 2003); Gohn (2005); Trilla (1985, 2008); Veras (2004, 2009) entre outros que contribuíram com os aspectos teóricos. A pesquisa se caracteriza como qualitativa, está baseada em análise bibliográfica e documental, tendo como fontes a legislação, políticas públicas que orientam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, referenciais e teóricos acerca do objeto de estudo. Realizou-se também uma pesquisa de campo. Para coleta de dados além da observação in loco no período de julho a agosto de 2023 para análises das atividades desenvolvidas, foram aplicados questionários com questões abertas e fechadas para pessoas com 60 anos ou mais, de ambos os sexos. Resultado em construção, porém sugerem contribuições positivas e transformadoras na construções de identidades da população idosa.

Palavras-chave: Educação não-formal, Pessoa Idosa, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Identidades.

INTRODUÇÃO

O presente texto versa sobre a relevância da educação não-formal na vida da pessoa idosa que frequenta as atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Segundo Trilla (2008, p. 31), "a expressão educação-não formal existe desde muito antes que esse significante popularizasse mas, foi só a partir do último terço do século XX que o rótulo começou a se fixar na linguagem pedagógica".

Dessa forma, ao considerar a quanto tempo e educação não-formal vem sendo discutida em geral e sua relevância no desenvolvimento da sociedade e, ao entender que

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR, <u>cleorenevil@gmail.com</u>

² Professora Orientadora: Doutora, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UF, soliveira@uepg.br



esse tipo de educação pode se desenvolver em espaços diversos, considera-se o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos um destes espaços.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é um dos serviços oferecidos no nível da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social e está vinculado ao Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, possui um caráter preventivo e proativo no enfrentamento das vulnerabilidades sociais (Brasil, 2017). Realiza trabalho com grupos específicos de pessoas idosas, com atividades diversas como oficinas, palestras temáticas, cultura, lazer, entre outras. As atividades realizadas podem contribuir de alguma forma na vida dos sujeitos. Para tanto, tem-se como objetivo geral: Analisar as contribuições da educação não-formal na vida da pessoa idosa que frequenta o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Cidade e Ipiranga-PR.

Com o intuito de atender ao objetivo proposto e a temática elencada, a pesquisa é alicerçada na perspectiva teórico-metodológica, sobretudo, na teoria crítica fundamentada no educador e filósofo Paulo Freire quem defende a autonomia e centralidade do sujeito histórico e sua ação crítica transformadora da realidade.

Neste viés, o referencial teórico se vale de estudiosos como Simone Lucie-Ernestine-Marie Bertrand de Beauvoir (1990, 2018); Renato Peixoto Veras (2004, 2009) e Rita de Cássia da Silva Oliveira (1999, 2003) e estudiosos da população idosa e do fenômeno do envelhecimento e velhice, assim como, políticas públicas voltadas para os direitos e bem-estar da pessoa idosa.

Com aporte aos aspectos da educação e relevância para a transformação na emancipação cidadã, Freire (1981, 1989, 1991, 2019, 2006) e contribuindo com reflexões e análises a respeito de aspectos da educação como atividade emancipadora Moacir Gadotti (2005, 2008); Maria da Glória Gohn (2005) que sustenta discussão sobre educação e tipos de educação de maneira a conceituar as atividades e Jaume Trilla (1985, 2008) corrobora nos tipos de educação sobretudo o tipo formal e o não-formal.

METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza como qualitativa, com pesquisa de campo, coleta de dados por meio de questionários com questões abertas e fechadas para pessoas idosas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Ipiranga - PR. Para coleta de dados, além da observação in loco no período de julho a agosto de 2023 para análises das atividades desenvolvidas, foi utilizado como instrumento para a coleta de dados, um



questionário com questões abertas e fechadas para pessoas idosas que participam de atividades desenvolvidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Ipiranga - PR na faixa etária de 60 anos ou mais.

A escolha dos sujeitos participantes da pesquisa, se deu pelo critério de abranger a totalidade na perspectiva de inclusão da visão de cem por cento dos participantes citados.

Assim, os aspectos metodológicos dessa pesquisa se deu inicialmente pelo levantamento do estudo do conhecimento, estudo teórico da temática, contextualização de espaço e campo de investigação, questionário como instrumento de coleta e dados, análise das atividades desenvolvidas para as pessoas idosas que participam desta instituição e as contribuições para este público foco da pesquisa.

EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL E (RE)CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES: OLHARES À PESSOA IDOSA DO SCFV DE IPIRANGA-PR

A chamada educação não-formal começou no final dos anos 1960, conforme aponta Jaime Trilla (1985) um estudioso na busca de definir o termo, a nomenclatura se foi ganhando corpo quando foi detectada uma crise na educação, por sua vez, foi criticada globalmente. Esta crise foi derivada da insatisfação da demanda social no âmbito da educação, que cresceu em quantidade e capacidade, mas não foi suficiente para satisfazer as necessidades da população em geral (Gadotti, 2005).

A educação não-formal então ganha espaço em estudos para definir o termo, conforme Trilla (1985), na década de 1980, propostas mais específicas começaram a aparecer no intuito de caracterizá-la, e

[...] diz-se que a educação não-formal é promovida sem mediação pedagógica explícita; aquela que ocorre espontaneamente a partir das relações do indivíduo com seu meio humano, social, cultural, ecológico; aquela que não está institucionalizada como tal educação, embora as instituições sejam penetradas por ela; aquela que não é metódica, estruturada, consciente, intencional; aquele que não é realizado a partir da definição anterior de objetivos ou finalidades pedagógicas (TRILLA, 1985, p. 18).

A educação não-formal se caracteriza, no entanto, por estar fora da sistematização escolar, pode ocorrer em diferentes espaços. Essa característica de educação vem ao encontro das atividades educacionais desenvolvidas com as pessoas idosas no contexto do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos onde há



sistematização das atividades porém, é de plano flexível. Busca a assimilação do conteúdo apresentado, pensado para o público participante, mas busca-se com afinco entender o tempo e capacidade de cada usuário, cada um pode assimilar de formas e ritmos diferentes.

Corroborando assim com Gadotti (2005), quando diz sobre a educação não-formal que para ele "é flexível, respeitando as diferenças e as capacidades de cada um, de cada uma. Uma das características da educação não-formal é sua flexibilidade tanto em relação ao tempo quanto em relação à criação e recriação dos seus múltiplos espaços" (Gadotti, 2005, p. 2).

E essa flexibilidade sendo um aspecto básico da educação não-formal, o entendimento de que a aprendizagem se dá por meio da prática social, das trocas de saberes, das experiências das pessoas em trabalhos coletivos em que gera aprendizado. (Gohn, 2005).

É dessa forma flexiva que se encaminham as diretrizes para as atividades no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos por meio de trabalho no coletivo e vai ao encontro da afirmação da autora citada, quando diz que "a produção de conhecimentos ocorre não pela absorção de conteúdos previamente sistematizados, objetivando aprendizados, mas pelo conhecimento gerado por meio da vivência de certas situações-problema" (Gohn, 2005, p. 103).

Desse modo Gadotti complementa que a educação não-formal "engloba as experiências de vida, e os processos de aprendizagem não-formais, que desenvolvem a autonomia" (Gadotti, 2005, p. 2). Essa colocação se desdobra nas políticas que norteiam as atividades educativas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Para Trilla a educação não-formal é o conjunto de meios e instruções que geram efeitos educacionais a partir de processos intencionais, metódicos e diferenciados, que contam com objetivos pedagógicos prévia e explicitamente definidos, desenvolvidos por agentes cujo papel educacional está institucional ou socialmente reconhecido, e que não faz parte do sistema educacional graduado ou que, fazendo parte deste, não constitui formas estrita e convencionalmente escolares (TRILLA, 1985, p. 22).

Nesta ótica, o documento intitulado Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV de 2017, que visa orientar as atividades desta instituição para atender de forma eficaz o que preconiza a principal política que embasa o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, a Política



Nacional de Assistência Social – PNAS de 2004, orienta sobre o que se deve trabalhar com as pessoas idosas:

Entre as atividades possíveis sugere-se: oficinas de cidadania, por meio das quais serão obtidas informações sobre acesso a direitos, riscos sociais, violência contra a pessoa idosa, etc.; oficinas de esporte e lazer, em que as pessoas idosas farão atividades físicas e participarão de dinâmicas e jogos coletivos; oficinas artísticas e culturais, em que as pessoas idosas manifestarão seus conhecimentos e habilidades com pintura, escultura, danças, costura, bijuterias, instrumentos musicais, etc.; sessões de cinema como mote para a reflexão e debate dos temas abordados nos encontros do serviço (BRASIL, 2017, p. 80).

Ou seja, constituem atividades organizadas que se contextualizem com as realidade desse público. As orientações ainda salientam que "[...] é preciso ter clareza de que a realização das atividades escolares não é o foco nem a finalidade do SCFV, nem deve se sobrepor à realização das atividades específicas do campo da assistência social" (Brasil, 2017, p.81).

A educação não-formal, assim como a educação em geral de formal intencional, "é uma prática social cunhada como influência do meio social sobre o desenvolvimento dos indivíduos na sua relação ativa com o meio natural e social, tendo em vista, precisamente, potencializar esta atividade humana" (Libâneo, 2007, p.82).

As atividades educativas que são desenvolvidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos conforme as orientações das PNAS de 2004, quais devem ser no coletivo, em grupos pré-formados dentro da faixa etária indicada nos documentos norteadores, se caracterizam como educação não-formal. Essa premissa também se pode notar na definição de Gohn ao dizer que:

[...] a Educação não formal tem sempre um caráter coletivo que passa por um processo de ação grupal, é vivida como práxis concreta de um grupo, ainda que o resultado do que se aprende seja absorvido individualmente. O processo ocorre a partir de relações sociais, mediadas por agentes assessores, e é profundamente marcado por elementos de intersubjetividade à medida que os mediadores desempenham o papel de comunicadores (GOHN, 2005, p 104).

Sendo assim, pode-se dizer que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é um espaço de educação não-formal onde por meio das atividades educativas, "com o objetivo de orientar, estimular e promover o desenvolvimento de habilidades, aquisições e potencialidades de forma progressiva" (Brasil, 2017, p. 87).



Porém, ainda que não tenha a intenção de ser atividade educativa no sentido escolar, acadêmico, (Gohn, 2005), elas podem ser consideradas um tipo de educação, o tipo não-formal, pois gera conhecimentos a partir das atividades coletivas e há um compartilhamento de informações que agregam o aprendizado, considerando que as atividades ofertadas para pessoa idosa no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos seguem as diretrizes da Assistência Social que por sua vez buscam atender e respeitar o Estatuto da Pessoa Idosa.

Logo o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos se torna um espaço que produz a educação não-formal, dentro da política da Assistência Social, em especial para o público da pessoa idosa que tem uma continuidade mais consistente nos grupos.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é um equipamento onde e as atividades educacionais trabalhadas vão além das ações protetivas que ali se desenvolvem e podem contribuir para emancipação cidadã do público participante. E este público por sua vez transformar identidades e sua realidade.

É dessa forma flexiva que se encaminham as diretrizes para as atividades no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos por meio de trabalho no coletivo. Sendo assim, pode-se dizer que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é um espaço de educação não-formal onde por meio das atividades educativas, "com o objetivo de orientar, estimular e promover o desenvolvimento de habilidades, aquisições e potencialidades de forma progressiva" (Brasil, 2017, p. 87).

No entanto, as atividades ofertadas para pessoa idosa no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos seguem as diretrizes da Assistência Social que por sua vez buscam atender e respeitar o Estatuto da Pessoa Idosa e vão além das ações protetivas que ali se desenvolvem e podem contribuir para a transformação de identidades do público participante. E este público por sua vez transformar sua realidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao refletir que as pessoas idosas não são sujeitos totalizantes e homogêneos que o constituem, conforme reflete o sociólogo Stuart-Hall (2005), quando fala que "dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas "(Hall, 2005, p. 13), que o sujeito traz dentro de si identidades que estão se fragmentando ou descentralizando e nessa passagem estão ingressando em colisão e se reconstroem cotidianamente.



A pessoa idosa também se insere nesta visão do autor, que segundo ele a transformação do sujeito se dá pela transformação da identidade que por sua vez é sociológica e é formada por meio da interação entre o eu e a sociedade, o eu projeta a si mesmo na identidade cultural, ao mesmo tempo em que a internaliza, ou seja, o centro do "eu" sociológico passa a ser formado na relação com outras pessoas com outras culturas, com conhecimentos.

E, neste sentido, remete-se a relevância de participarem das atividades educacionais em grupos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, pois segundo as Políticas da Assistência Social, em especial as Tipificações, citam que neste espaço se proporciona a pessoa idosa a olhar para si a partir do outro, assumir-se e ao

"Assumir-se" tem a força de mobilizar atributos para a construção coletiva de identidades próprias e singularidades. Pressupõe o reconhecimento da capacidade e do direito do outro de fazer escolhas. Ser capaz de fazer escolhas pessoais, políticas, afetivas requer um campo relacional protegido, que confirme as pessoas no leme de sua própria vida, pessoas que pensam, desejam e projetam horizontes para si e para aqueles que estão próximos. Em síntese, pode-se dizer que este é um traço eminentemente político da convivência: poder experimentar uma condição de igualdade para poder projetar com o outro mudanças para si e para a coletividade (BRASIL, 2017, p.22).

Observa-se que tais afirmações dos documentos da Assistência Social que regem atividades no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, defendem as atividades educacionais e amparam para que sejam realizadas neste espaço e entendem que as atividades em grupo acarretam significados para a vida das pessoas que participam, reconstruindo identidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo, entende-se que as atividades educativas, essa prática que se dá em formas de diálogos, de rodas de conversas, conforme orientação das políticas da assistência social que regem atividades no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, contribuem para (re)construções de identidades dos sujeitos que participam.

O caderno de orientações do SCFV (Brasil, 2017a) é de cunho freiriano vai ao encontro do que já dizia Paulo Freire sobre as mudanças sociais humanitárias serem produzidas por meio de práxis-educativas, para todos e todas as classes sociais (Freire, 2005).



Portanto, é possível dizer que as práticas educativas na metodologia como se dá no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, a educação não-formal esta que se dá de formas intencionais, mas fora do ambiente escolar, as trocas entre os "eus", esse encontro de sujeitos com bagagens de saberes diversos é uma das formas que transformam identidades e trazem o sujeito ao convívio social com mais autonomia, ampliam a visão de mundo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV**. - Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017a.

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FREIRE. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não-formal.** Institut International des droits de l'enfant (ide) Droit à l'éducation. (2005). Disponível em:https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5633199/mod_resource/content/1/eudca% C3%A7%C3%A3o%20n%C3%A3o%20formal_formal_Gadotti.pdf>. <u>Acesso em: 15 de ago. 2022</u>.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política.** São Paulo: Cortez. 3.ed. 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. O processo histórico do Estatuto do Idoso e a inserção pedagógica na Universidade Aberta. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. 28, p. 278-286, dez. 2007.

TRILLA, Jaume. A educação não formal. *In*: **Educação formal e não-formal: pontos e contra-pontos**. Org. Ghanem, Elie; Trilla, Jaume; Arantes, Valeria Amorim. Sumus Editorial. São Paulo, 2008.

TRILLA, Jaume. La educación fuero de la escuela. Enseñanza a distancia, por correspondencia, por ordenador, radio, video y otros medios no formales. México, Editorial Planeta, 1985.